

O adoecimento docente: análise do perfil de afastamento laboral na divisão distrital da zona centro-sul da secretaria municipal de educação em Manaus-Am/Brasil

Teacher illness: analysis of the profile of leave from work in the district division of the central-south zone of the municipal education department in Manaus-Am/Brazil

Enfermedad docente: análisis del perfil de la licencia laboral en la división distrital de la zona centro-sur de la secretaría municipal de educación en Manaus-Am/Brasil

Recebido: 29/11/2022 | Revisado: 14/12/2022 | Aceitado: 15/12/2022 | Publicado: 20/12/2022

Maria Salomé e Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1556-0230>
Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai
E-mail: mariasalomeehsilva@gmail.com

Resumo

O profissional docente tem, em seu ambiente de trabalho, um local que por vezes, apresenta-se como fator de desgaste, tanto físico como psicológico. Nesse sentido, observam-se como condicionantes, a constante relação interpessoal e a sobrecarga de tarefas. Além disso, a precariedade com a qual realizam suas funções demonstra a deterioração psicofísica que resulta nos muitos casos de estresse e adoecimento entre esses profissionais. Sob este prisma, este estudo tem como objetivo principal: analisar os casos de adoecimento docente, a partir da análise do perfil de afastamento laboral, na Divisão Distrital da Zona Centro-Sul, da Secretaria Municipal de Educação, em Manaus, Amazonas. Sendo assim, foi realizada pesquisa por meio de metodologia quali-quantitativa, que objetivou analisar o quadro de afastamento por adoecimento de docentes vinculados à Divisão Distrital Zona Centro-Sul, da Secretaria Municipal de Educação, em Manaus, no período de 2017 a 2019. Além disso, foram verificados os índices de afastamentos ocorridos a cada ano, a média de tempo de afastamento, considerando aspectos como CID, sexo e função laboral, também foi realizada a identificação de quais os principais CIDs que levaram ao afastamento dos docentes de suas atividades laborais e que estavam respaldados com laudo médico. No tocante à realidade averiguada na DDZ Centro-Sul, da SEMED/Manaus, percebeu-se que professores dispensavam licenças de saúde ou mesmo adiavam cirurgias para finalizar o ano letivo. Esses profissionais deixavam sua saúde em segundo plano, provocando, muitas vezes, mais desgaste e estresse.

Palavras-chave: Licença médica; Docentes doentes; Estresse.

Abstract

The teaching professional has, in his work environment, a place that sometimes presents itself as a wear factor, both physical and psychological. In this sense, constant interpersonal relationships and task overload are observed as conditioning factors. In addition, the precariousness with which they perform their functions demonstrates the psychophysical deterioration that results in the many cases of stress and illness among these professionals. In this light, this study has as main objective: to analyze the cases of teacher illness, from the analysis of the profile of absence from work, in the District Division of the Center-South Zone, of the Municipal Department of Education, in Manaus, Amazonas. Therefore, research was carried out using a quali-quantitative methodology, which aimed to analyze the situation of sick leave of teachers linked to the District Division Zona Centro-Sul, of the Municipal Department of Education, in Manaus, from 2017 to 2019. In addition, the absence rates that occurred each year were verified, the average time of absence, considering aspects such as CID, gender and work function, the identification of the main CIDs that led to the removal of professors from their activities was also carried out. labor and which were supported by a medical report. Regarding the reality investigated in the DDZ Centro-Sul, from SEMED/Manaus, it was noticed that teachers dispensed with sick leave or even postponed surgeries to end the school year. These professionals put their health in the background, often causing more wear and tear and stress.

Keywords: Sick leave; Sick teachers; Stress.

Resumen

El profesional de la docencia tiene, en su ambiente de trabajo, un lugar que en ocasiones se presenta como un factor de desgaste, tanto físico como psíquico. En este sentido, se observan como condicionantes las relaciones interpersonales constantes y la sobrecarga de tareas. Además, la precariedad con la que desempeñan sus funciones demuestra el deterioro psicofísico que provocan los numerosos casos de estrés y enfermedad de estos profesionales. En ese sentido,

este estudio tiene como principal objetivo: analizar los casos de enfermedad docente, a partir del análisis del perfil de ausencia al trabajo, en la División Distrital de la Zona Centro-Sur, de la Secretaría Municipal de Educación, en Manaus, Amazonas. Por lo tanto, se llevó a cabo una investigación utilizando una metodología cuali-cuantitativa, que tuvo como objetivo analizar la situación de la licencia por enfermedad de los profesores vinculados a la División Distrital Zona Centro-Sul, de la Secretaría Municipal de Educación, en Manaus, de 2017 a 2019. Además, se verificaron los índices de ausentismo que ocurrían cada año, el tiempo promedio de ausentismo, considerando aspectos como CID, género y función laboral, también se realizó la identificación de los principales CID que propiciaron la baja de los docentes de sus actividades. trabajo de parto y que fueron respaldados por un informe médico. En cuanto a la realidad investigada en el DDZ Centro-Sul, de la SEMED/Manaus, se percibió que los docentes prescindían de las bajas por enfermedad o incluso postergaban cirugías para finalizar el año escolar. Estos profesionales ponen su salud en un segundo plano, provocando muchas veces más desgaste y estrés.

Palabras clave: Licencia médica; Maestros enfermos; Estrés.

1. Introdução

A doença ocupacional está definida no art. 20 da Lei n. 8.213 de 24 de julho de 1991 como a enfermidade que se adquire no exercício laboral original a determinada atividade e que faz parte do rol de doenças ocupacionais descritas e definidas pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

É acidente do trabalho, segundo a Lei nº 6.367/1976, para fins previstos na legislação os seguintes casos (art. 2º, § 1º): I – a doença profissional e do trabalho; IV – a doença tem sido proveniente de contaminação acidental de diversas pessoas da área médica, no exercício de sua atividade.

Desta forma, o profissional docente tem em seu ambiente de trabalho um local, que por vezes, apresenta-se como fator principal de desgaste, tanto físico como psicológico. A constante relação interpessoal, seja ela com os discentes ou colegas de trabalho, além da sobrecarga de tarefas e a precariedade com a qual realizam suas funções confirmam e demonstram o crescimento da deterioração psicofísica, revelando-se como aspecto que intensifica os casos de estresse e adoecimento entre estes profissionais.

Nesse cenário, os docentes, que exercem uma função extremamente importante que analisamos dentro e fora das salas de aula, vem atuando como agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa, vislumbrando a partir de seu papel a formação de indivíduos participativos, veem-se impelidos pelos processos das relações, que por vezes se mostram desiguais e tensas, a afastarem-se de suas funções, acometidos por diversos problemas psicológicos e físicos.

Para responder os seguintes questionamentos foram traçados os objetivos: Objetivo geral: analisar os casos de adoecimento docente, a partir da análise do perfil de afastamento laboral, na Divisão Distrital da Zona Centro-Sul, da Secretaria Municipal de Educação, em Manaus, Amazonas. Objetivos específicos: identificar a fragilidade e o adoecimento de professores que podem estar associados às suas atividades laborais em sala de aula; verificar o estresse e a pressão da gestão podem contribuir para o agravamento de doenças psicológicas entre os docentes; e, verificar as repercussões no sistema previdenciário do Amazonas sobre o afastamento de professores por doença laboral.

Dessa forma, esta pesquisa pretende oportunizar um processo de apuração, investigação e análise das moléstias que acometem os docentes da referida DDZ, enfatizando, nesse processo de estudo e averiguação, as características e aspectos dos pedidos de afastamento laboral, verificando os índices de afastamentos ocorridos a cada ano, considerando a média de tempo de afastamento, CID, sexo e função laboral, além de Identificar quais os principais CIDs apresentados nos laudos médicos concernentes aos anos de 2017, 2018 e 2019.

2. Metodologia

A Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com busca feita em artigos, livros e revistas já publicados em sites acadêmicos. Em termos de abordagem, consiste em pesquisa qualitativa e quantitativa, que compreende a pesquisa documental

e o levantamento operacionalizado por meio da análise como processo técnico. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado”. (Fonseca, 2002). A pesquisa também terá como enfoque descritivo e exploratório. A pesquisa descritiva é definida como um método de pesquisa que descreve as características da população ou fenômeno que está sendo estudado.

Este estudo tem como sujeito principal de pesquisa e análise os docentes que solicitaram afastamento de suas funções laborais, no período atinente aos anos de 2017, 2018 e 2019, lotados na Divisão Distrital Zonal Centro-Sul. Foi construído a partir de dados oficiais levantados pela Divisão Distrital Zonal Centro-Sul, unidade descentralizada da SEMED/Manaus.

Assim, foram utilizadas as requisições autorizadas pela Junta Médica Pericial do Município de Manaus, concedidas a professores que foram afastados por licença médica, no período de 2017 a 2019.

A operacionalização dos objetivos desta pesquisa foi organizada e realizada mediante os seguintes procedimentos:

a) os dados foram coletados a partir de prévia autorização e assinatura do termo de autorização para realização da pesquisa, pelo responsável da instituição;

b) após autorização, foi realizado o levantamento de dados a partir das requisições de licenças médicas, autorizadas pela Junta Médica Pericial do Município de Manaus e liberadas a professores lotados nas 58 escolas municipais pertencentes à Divisão Distrital Zonal Centro-Sul/SEMED;

c) também foram analisados os seguintes aspectos nas requisições de afastamento, para tratamento de saúde:

1. Quantitativo de docentes afastados a cada ano em estudo; média de tempo de afastamento;
2. CID causado afastamento;
3. Sexo e função laboral e os principais CID que levaram os docentes ao afastamento das atividades laborais.

3. Resultados e Discussão

Os dados foram analisados seguindo a linha da análise da bibliografia disponível sobre o tema em contraponto as opiniões e observações da autora do estudo.

3.1 As doenças mais apresentadas nos laudos médicos dos professores

O trabalho educacional é muito estressante e conturbado. Esta afirmativa considera uma série de problemas organizacionais, estruturais, sociais e políticos que têm suas origens ainda nos primeiros formatos de educação no país, mas que com o passar dos tempos agravaram-se exponencialmente. Inúmeros casos de docentes doentes, com ou sem laudos médicos na mão, que necessitam trabalhar para manter seu sustento, sua dignidade.

Estas situações tornaram-se uma prática comum dentro do sistema educacional brasileiro (mais acentuadamente dentro do sistema público de educação) o que denuncia a conveniência da situação para o próprio sistema, mas que revela o descaso com a assistência ao trabalhador docente e a preocupação com a qualidade de ensino que este profissional pode oferecer mediante as condições em que se encontra.

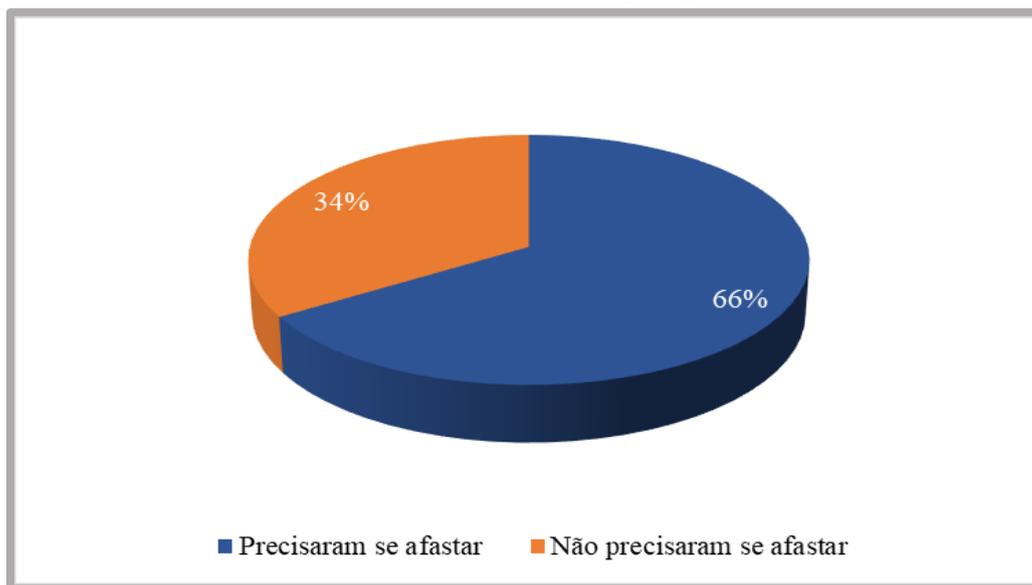
Segundo Silva (2019), o adoecimento docente reflete diretamente na sua atuação em sala de aula, comprometendo assim o processo de aprendizado dos alunos, o que reflete um outro problema da educação, a ausência de professores em sala de aula. Embora a apresentação de laudos médicos configure-se como uma solução paliativa, haja vista as condições de adoecimento do docente, não soluciona de forma definitiva a situação do professor, tão pouco a dos alunos, que ficam desassistido em sala de aula. Porém, mesmo depois de afastados ou remanejados, esses profissionais ainda sofrem ressentimentos dos colegas de trabalho, que para Maciel (2016, p. 120), “veem seus afastamentos e restrições, como se elas estivessem ‘fingindo’, ou ‘fazendo

corpo mole' para não trabalhar". Tais fatos incomodam bastante, como é possível observar nesses três relatos obtidos pelo mesmo autor:

Tem pessoas que acham que você está com restrição porque você quer. Isso é bem desagradável (ÂNGELA MARIA, 44 anos, 25 anos de magistério, grupo 1). Eu estou com área a tarde, eu pego 12 turmas com 60 minutos cada. É corrido, você nem lembra disso. Quando chega no final é que eu fico angustiada: 'Aí meu Deus! Estou ficando rouca de novo!'. Essa é sempre a minha angústia, vai aumentar meus calos. Mas eu sempre lembro no final do dia. Com relação a minha escola o povo foi bem é maduro. Ninguém olhava torto, todo mundo perguntava como eu estava, me dava apoio. Por mais que o grupo não criticava, sempre tinha uma piadinha no café: 'Ah! Mas eu vou pegar laudo...'. Tem que fazer um trabalho de amadurecimento do grupo. A prefeitura tem que proporcionar o amadurecimento do grupo. Claro sempre vai ter as piadinhas (LECI BRANDÃO, 45 anos, 24 anos de magistério, grupo 2). Eu tive que ir para psicólogo para aceitar. Eu adorava alfabetizar. Amo alfabetizar. Você não pode mais. Você começa a sentir inútil. Qualquer coisa que os outros falam de você tem afeta. Muitas entendem, mas muitas dizem que vai pegar restrição também. A própria direção trata diferente. De manhã, no reforço, me sinto bem útil, trabalho no que amo. A tarde não. A direção trata diferente. Eu tenho seis horas igual as outras, só que é picadinha... É diferente o ambiente de trabalho (ELIS REGINA, 41 anos, 22 de magistério, grupo 2). (Maciel, 2016, p. 120).

Nota-se que, os depoimentos revelam o desgaste das relações, promovido pelas próprias condições estressantes e repressivas que configuram historicamente o ambiente escolar. Nesse sentido, as doenças parecem se manifestar como reação do organismo às intensas agressões físicas e psicológicas durante o exercício docente e o convívio dentro da escola. Em 2018, a Associação Nova Escola realizou uma pesquisa on-line, entre os meses de junho e julho, com mais de cinco mil educadores, reunindo mais informações sobre o problema e identificou que 66% das professoras e professores já precisaram se afastar do trabalho por questões de saúde como mostra o Gráfico 1:

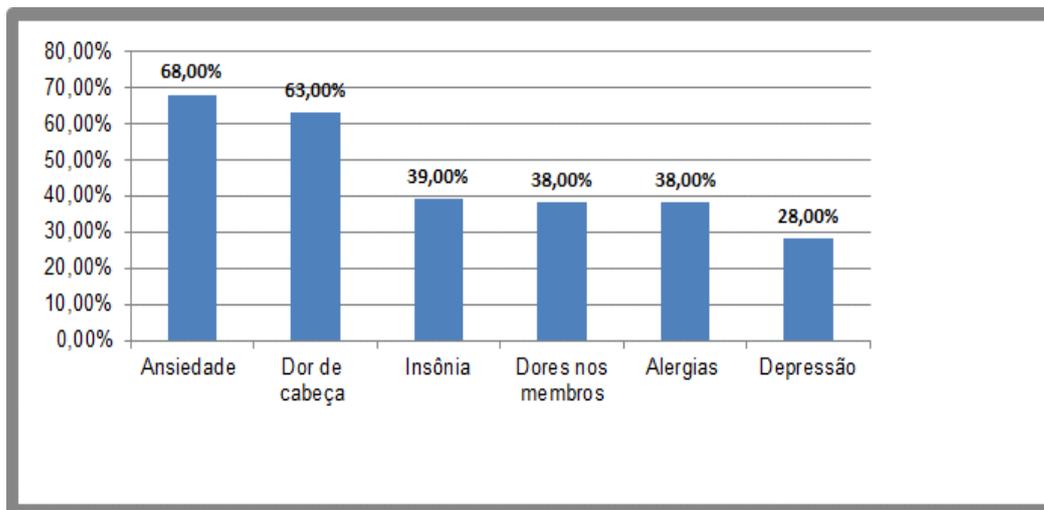
Gráfico 1 - Professores que se afastaram por alguma enfermidade.



Fonte: Associação Nova Escola (2018).

A pesquisa também apontou que “a ansiedade, ela afeta 68% dos educadores; estresse e dores de cabeça (63%); insônia (39%); dores nos membros (38%) e alergias (38%). E isso, 28% deles afirmaram que sofrem ou já sofreram de depressão” (Nova Escola, 2018, p. 2). Acerca desta pesquisa, entendeu-se que há muitos problemas de ordem física e psicológica que podem acometer os profissionais da educação, principalmente em relação ao estresse e sobrecarga emocional no trabalho como mostra o Gráfico 2:

Gráfico 1 - Enfermidades de maior frequência entre os professores (%)



Fonte: Associação Nova Escola (2018).

Dessa maneira, o docente é afetado pelo sofrimento, o que o faz entrar em um quadro de desequilíbrio, o que possibilita as doenças mentais. Ferreira e Mendes (2001), afirmam que quando há uma relação de enfrentamento individual e coletiva das situações de imposição e repressão, o sofrimento pode ser minimizado, na possibilidade de ser transformado.

Diante disso, é importante salientar o necessário investimento na assistência ao profissional docente, em políticas públicas que proporcionem uma melhor qualidade nas condições de trabalho e das relações humanas no ambiente escolar, ações que promovam a valorização do docente. Assim, “não cabe, no entanto, apresentar o atual estado de mal-estar na educação e da profissão docente sem identificar e compreender os fatores que constituem essa realidade e ressaltar a urgência de superação desse quadro”. (Cardoso & Andrade, 2016, p. 10).

O docente em pelo menos três aspectos que são o social, o psicológico e o profissional. Socialmente não consegue interagir com os próprios colegas e alunos, pois está psicologicamente desestruturado e conseqüentemente sua atuação profissional é engessada em virtude dos problemas citados anteriormente.

3.2 As doenças que acometem os professores

Diante dos grandes problemas que assolam a profissão dos docentes, é inevitável o adoecimento de muitos profissionais dessa área. Martins, Araújo e Vieira, (2019, p. 17), salientam que “o trabalho educativo pode ser associado a qualquer forma de enfermidade, como se fosse natural o adoecimento de seus agentes”. Ainda complementam afirmando que essas questões podem leva-las “ao uso de medicamentos, sendo indicadores de sofrimento que, por sua vez, denunciam a necessidade de medidas que possam proteger e promover a saúde dessas professoras”. Os docentes sofrem com a má saúde, devido estarem expostos a precária condição de trabalho, como destaca Gouvêa (2016), ao longo do tempo, além de sofrerem com a desvalorização da profissão pela sociedade, estão desenvolvendo cada vez mais problemas de saúde durante o exercício docente, cada vez mais relacionado às más condições de trabalho a que estão expostos.

Sujeitos as mais diversas adversidades estruturais e o acúmulo de atribuições, que revigoram o seu adoecimento, “outros problemas físicos que podem surgir com a profissão são dores nas costas e nos ombros, decorrentes, principalmente, dos movimentos para a escrita no quadro; artrite, caracterizada por uma inflamação nas articulações e artrose, degeneração da cartilagem nas articulações” (Eisermann et al., 2016, p. 83).

Além disso, parecem estar expostos ao desrespeito de alunos e de seus familiares. Diariamente confrontado, o professor é também desafiado a persistir, resistir e insistir em seu trabalho, em prol da própria dignidade, numa batalha que, historicamente, trava solitariamente. Apresentam diversos problemas no convívio escolar, os quais afetam a saúde e levam-no ao afastamento por tempo indeterminado, para os cuidados necessários afim de que volte a lecionar com saúde.

Segundo Scheuch et al. (2015), com as exigências no trabalho docente, muitos professores têm se afastado das atividades laborais por problemas de saúde, acarretando elevado custo econômico às instituições e à seguridade social, reorganização das instituições para reposição de professores e novas contratações. Para Silva et al.:

As revoluções industriais, tecnológicas e educacionais contribuíram para a complexidade nos variados âmbitos de trabalho, tais como a intensificação do trabalho docente nas escolas. Os docentes estão expostos às consequências causadas pela negligência do Estado, como o crescimento desordenado de população, desemprego, desigualdade social, fome, entre outros. Além dos fatores externos influenciados pela sociedade, problemas internos contribuem na aparição de doenças como problemas relacionados ao contexto familiar e social em que o profissional é inserido. (Silva et al., 2019, p. 70).

Pode-se dizer que, para exercer esta profissão é preciso admitir a negligência do Estado, o descaso, a falta de assistência, a falta de apoio social e as doenças relacionadas ao seu exercício. Assim, estes profissionais estão sempre em vias de ser prejudicados física e mentalmente pela própria estrutura que deveria auxiliá-lo ou muito próprio de serem vítimas daqueles que deveriam, em síntese, valorizá-los e promover melhores condições e formação, posto que é nas mãos ou nas costas que é depositada a responsabilidade de transformação da sociedade brasileira.

Estresse

O estresse reflete a incapacidade de lidar com a sobre carga das excessivas atribuições da profissão, tornando o professor propenso a problemas psicossocial fisiológicos. A relação entre os professores, os problemas e preocupações profissionais “potencializa os fatores estressante (...) presentes nas diferentes contingências do seu dia a dia, ocasionando consequências danosas para a sua saúde mental, como o sofrimento psíquico e deterioração afetiva” (Silva Rocha et al., 2016, p. 2).

Pode ser desencadeado a partir de problemas diários como a constante exigência do alcance de metas ou a falta de material na escola, “o que o leva, muitas vezes, a apresentar uma série de comprometimentos relacionados ao físico, psicológico e até mesmo ao social que resultam em baixo nível de motivação, sem autoestima e sempre com sensação de insegurança”. (Lazari E Codinhoto, 2017, p. 99).

Entretanto, pode apresentar alguns aspectos benéficos à saúde humana. Neste caso, para o professor, pode ser utilizado para atingir um objetivo. Esta afirmativa baseia-se em uma reação natural do corpo para usar sua energia armazenada. O outro lado, quando o estresse sai do controle, torna-se danoso, prejudicando às funções dos sistemas cardiovascular, endócrino e imune. Por isso, o professor precisa manter um equilíbrio. (Luz et al, 2019).

Síndrome de Burnout

Diante do quadro de estresse excessivo, o professor acaba desenvolvendo uma gama de síndromes, entre elas está a de Burnout, que pode ser considerada uma porta de entrada para problemas psicológicos, principalmente a depressão. Batista (2015, p.06), declara “Burnout, desânimo, depressão e psicose são colocados em uma mesma categoria, e os processos de adoecimento são confundidos, muitas vezes, com falhas de caráter”. Esta síndrome desencadeia-se a partir de um estado de exaustão psicológica, podendo evoluir para um estágio mais grave.

Uma pesquisa em 2017, no tocante aos fatores relacionados à Síndrome de Burnout em professores no Brasil, mostrou que a sobrecarga emocional pode aumentar ao ponto de causar interferências na vida pessoal, há fatores que

preponderantes relacionados a esses dados, como a salas com contingente de alunos acima de o indicado, ademais da carga horário (Miranda et al.,2021).

Partindo desse princípio, esta doença pode se agravar para algo mais grave, a síndrome de Burnout, para da Silva Rocha et al. (2016, p. 2), “É o resultado de um longo processo de tentativa de lidar com certas condições estressantes que são imediatas, não moderadas e insolúveis. O autor também afirma que a pessoa tem essa síndrome “apresenta algumas características comuns ao estresse ocupacional, porém a Burnout é agravada pelo fator despersonalização que acarreta como consequência uma dessensibilização dirigida às pessoas com quem se trabalha”, prejudicando diretamente a relação com seu emprego e as pessoas de seu contexto.

Depressão

Sob condições de ensino inadequadas, a falta de estrutura das escolas, além de se preocupar em manter uma boa relação com seus alunos, mediar conflitos em sala de aula, cumprir com jornadas fora do ambiente do trabalho, dedicando seu tempo de descanso em preparar aulas, corrigir trabalhos, o professor se vê na obrigação de se ajustar a realidade de seu ambiente de trabalho. Além disso, muitas vezes o professor retira dos seus rendimentos para investir em recursos pedagógicos no intuito de ofertar metodologias e estratégias adequadas no aprendizado dos alunos.

De acordo com Pascoal & Silva (2019, p.4) “Na carreira docente os agentes causais agressivos como exaustivas jornadas de trabalho em contraposição aos baixos salários e falta de planejamento adequado têm contribuído para que a profissão fique cada vez menos valorizada, o que ocasiona e reafirma ainda mais os problemas de ordem psíquica e física”

Todo esse panorama descrito valida e é, segundo Batista (2015, p.06), “a gênese de episódios depressivos” que “articulada a uma perda importante ou a uma sucessão de frustrações” agravam e intensificam os casos desta doença entre professores. A depressão torna as pessoas mais fechadas, diminuindo o interesse para quaisquer outros interesses, logo diminuindo seu rendimento profissional. Outros comportamentos também podem surgir como consequência desse problema psicossomático como ansiedade e irritação. Porém há alternativas que podem ser feitas para atenuar tais distúrbios.

De acordo com Maciel:

Para amenizar ou evitar os problemas vocais dos/as docentes, tais como: substituição das lousas de giz, por quadros brancos e pincéis antialérgicos e antitóxicos; utilização das tecnologias e aparatos tecnológicos disponíveis para o ensino e que possam preservar a voz, tais como: uso de microfones e amplificadores de som; disponibilizar o acesso facilitado a bebedouros e banheiros; soluções para problemas como: acústica, barulho, calor, frio, umidade, ventilação, poeira, e outros problemas que possam interferir na saúde vocal dos/as docentes. (Maciel, 2018, p. 99).

Note-se que, iniciativas simples podem amenizar o panorama de adoecimento vocal entre os professores. Entretanto, Medeiros (2016, p. 2) afirma que “não há um critério indiscutível para definir a voz como normal ou alterada, pois a percepção da ‘alteração’ depende do emissor e do receptor”. O teórico salienta ainda que “a representação da realidade corporal, no caso a voz, está impregnada das explicações e afirmações produzidas, de forma estruturada, no cotidiano dos indivíduos em relação com a coletividade da qual fazem parte”.

A síndrome do pânico é uma das doenças que mais acometem os professores, pois a docência é uma das profissões mais estressantes, considerando as extensas jornadas de trabalho, poucas pausas para descanso ou refeições, acúmulo de atribuições, o altíssimo grau de atenção e concentração que este trabalho exige. Além disso, exercem uma função que não é reconhecida socialmente na forma devida, e conseqüentemente, devido a este ritmo, os professores acabam sendo acometidos pela Síndrome do Pânico.

Outra doença que o professor pode desenvolver no exercício de sua função é a faringite. Esta é vista como uma infecção

respiratória (viral ou bacteriana), que ocasiona bastante dor de garganta, inviabilizando o trabalho docente, uma vez que a voz é o principal e fundamental instrumento de trabalho do professor.

Segundo Rocha, Zandonato (2016, p. 9), “O desconforto no trato vocal, a intensa carga horária e uso contínuo da voz pode justificar a presença de fadiga vocal” e por conseguinte a inflamação da faringe. Com isso, é importante que este profissional beba bastante água em seu trabalho, pois esta ajuda na hidratação do trato vocal, evitando assim a faringite e outros distúrbios da voz.

A alergia ao pó é uma doença que afeta a qualidade de saúde de muitos professores, tendo em vista que ainda existem muitas escolas que fazem uso do quadro de giz ou mesmo aqueles que trabalham em ambientes empoeirados. Assim, o professor alérgico ao pó enfrenta dificuldade em lecionar suas aulas e conseqüentemente acaba adoecendo.

Com isso, salienta Peruchi et al. (2017, p. 41), “A poeira, presente no ambiente escolar, por conta do pó de giz, terra, ou ambiente empoeirado, é inalada e pode ser agressiva ao sistema respiratório”. Logo, se faz de suma importância para a saúde docente que se exclua o uso de quadro de gize que se mantenha o ambiente escolar limpo.

Deste modo, as condições de trabalho no ambiente escolar por vezes se apresentam insalubres à saúde do professor, principalmente para os que sofrem com alergia a pó, o que lhes acarreta sérios danos nas vias aéreas. A insônia é um grande inimigo que vem causando desequilíbrio na vida do professor. Por esse contexto, Castro diz:

Acredita-se que o grande número de queixas relacionadas insônia seja resultado de um conjunto de fatores, que incluem: infraestrutura inadequada de trabalho, altas cargas horárias semanais com pouco descanso, personalidade do próprio indivíduo e particularidades da vida. (Castro, 2020, p. 1347).

Esse conjunto de fatores que desgastam o indivíduo e confirmam o desenvolvimento da insônia. De maneira que, o desgaste é uma das evidências do estresse relatado por muitos docentes diagnosticados com Insônia. Observa-se ainda que, esta doença está entre as que se apresentam como resultantes dos desgastes físicos e psicológicos causados pelo estresse. Desse modo, a insônia surge como consequência dos desequilíbrios causados pelo estresse, o que afeta diretamente a atuação do professor em sala de aula.

A hipertensão arterial é uma doença que prejudica a saúde do professor, visto que a falta de exercício físico vinculado a maus hábitos alimentares pode acarretar seu surgimento. O desenvolvimento dessa doença, entre os professores, está associado ao acúmulo de tarefas, o estresse, os índices baixos de prática de esportes e/ou exercícios físicos, o que evitaria a elevação da pressão arterial. Portanto, a Hipertensão Arterial relaciona-se diretamente com as condições de saúde e de trabalho, de modo que são fatores que determinam conjuntamente a qualidade de vida em algumas profissões, dentre elas a de professor, cujo acúmulo de atribuições e o estresse são elevados, o modo de vida adotado nem sempre se associa a uma alimentação mais saudável (Correia et al., 2017). O cansaço ou fadiga é um dos problemas citados pelos professores em decorrência da sua função nas escolas. Assim, Silva e Coutinho se manifestam:

Pode-se afirmar, de modo geral que, no Brasil, a maioria dos docentes demonstra insatisfação com a qualidade de vida que a profissão lhes oferece. Essa insatisfação dá-se por vários motivos dentre os quais os mais perceptíveis são: baixos salários, más condições de trabalho, insegurança, mal-estar, estresse, adoecimento, cansaço e desmotivação. (Silva e Coutinho, 2020, p. 159).

Esse conjunto de motivos, que resulta no cansaço do profissional, associa-se ao desânimo de exercer uma profissão desvalorizada e amplifica o quadro de professores com problemas decorrentes e inerentes ao estresse e a fadiga, muscular e mental. Logo, o cansaço ou fadiga é uma doença comum entre os professores.

Assim, essas doenças citadas são o resultado dos diversos motivos, fatores, sobrecargas, má alimentação, mau uso dos produtos químicos, uso de giz, falta de exercício físico dentre outros sintomas que vem prejudicando a saúde dos professores,

causando-lhe insatisfação com o seu trabalho, adoecimento e afastamentos da sala de aula.

Segundo Palage et al. (2020) as cargas horárias são torna-se pluriemprego, pelo fato de muitos exercerem a função em diferentes instituições podendo estas serem triplas, são reflexos da desvalorização desta categoria que em muitos casos fica sujeita aos moldes das políticas públicas existente no país. No próximo capítulo, serão abordados os aspectos teóricos-conceituais que embasarão esta pesquisa no que concerne à investigação e à análise dos seus resultados.

3.3 As licenças médicas

O controle da aplicação das licenças médicas é do próprio Instituto de Previdência da Prefeitura Municipal de Manaus, que concede ou não o benefício a partir da execução da perícia médica. O segurado em situação de doença, marca sua perícia e no dia marcado comparece com o respectivo laudo médico que comprova a existência da incapacidade para o trabalho. Esse laudo é fornecido pelo médico responsável pelo tratamento e pode ser oriundo do setor público ou privado. Também é de suma importância que o segurado tenha em seu poder todos os exames que comprovem sua situação de saúde. (Siano, 2009).

A perícia médica para a concessão da licença médica é uma atividade de avaliação, independente que ocorre dentro do próprio instituto de previdência da PMM, para a revisão do laudo médico, como base para servir na validação ou não do laudo como fundamento da licença. O autor informa que é validação ou não do laudo médico como fundamento para a concessão da respectiva licença médica, que mede e avalia a incapacidade do segurado para o trabalho. Examina o grau de confiabilidade das informações.

Os principais objetivos são, segundo Kertzman, verificar a existência, a suficiência e a aplicação dos benefícios da licença médica; verificar se as normas internas para concessão da licença médica estão sendo seguidas; aplicar a necessidade de melhoramento das normas internas vigentes; avaliar a necessidade de novos exames complementares (Kertzman, 2015, p. 123).

Para o autor em voga o trabalho do perito apresenta como característica um maior volume de informações relevantes em função da maior disponibilidade de tempo para uma melhor avaliação da capacidade laboral. Pelo menos deveria ser assim, mas na realidade, o que acaba por acontecer é exatamente o contrário em função da enorme demanda e do número diminuto de peritos, o que ocasiona, geralmente uma avaliação parcial.

Conforme se observa na opinião do autor a perícia representa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger o trabalhador produzindo informações confiáveis e ajudar na concessão ou não da licença médica. (Kertzman, 2015). Pela sua amplitude, a perícia médica, para ser compreendida corretamente, deve ser examinada quanto ao seu real significado. As informações sobre o sistema de perícia médica são obtidas das seguintes formas: - leitura dos manuais internos de organização e procedimentos; - entrevista com o segurando em condição de doença; - inspeção física; - inspeção do laudo médico e exames clínicos. (Siano, 2009). Assim, a perícia médica visa obter elementos de convicção que permitam julgar se as informações levadas (laudo), bem como os registros (exames clínicos) são fundamentais para a concessão da licença médica; caso o perito forme convicção em contrário, não haverá essa concessão, já que tanto as informações do laudo, como os registros (exames clínicos) devem refletir adequadamente a situação do segurado.

Assim, “a perícia médica é uma tecnologia que se utiliza da revisão, da pesquisa, para fins de opinião e orientação sobre as situações daquele momento”. Portanto, constitui-se ferramenta importante para a concessão da licença médica. Ela é o fundamento da tomada de decisões e orientação previdenciária. (Siano, 2009).

A origem da perícia médica remonta ao século XIX na Prússia, primeiro Estado a conceder o auxílio doença (licença médica) a partir de um sistema de proteção contra acidentes trabalhistas. Naquele tempo, após a comprovação do acidente de trabalho, o acidentado era submetido a uma avaliação médica para verificar o grau de seu acidente e sua incapacidade para o trabalho. Neste sentido, o objeto da perícia médica é o de reunir todos os elementos comprobatórios que podem evidenciar a exatidão do laudo médico trazido pelo segurado e dos exames clínicos nele contidos. (Kertzman, 2015).

Normalmente, o perito precisa de independência para executar o serviço de auditoria em duas (2) fases que são chamadas de fase preliminar e fase final. A fase preliminar representa a avaliação tão somente do laudo médico e dos exames apresentados pelo segurado cujo objetivo principal é obter maior conhecimento sobre a doença e a incapacidade do trabalhador. Na fase preliminar, o perito médico examina a documentação.

A fase final representa a solicitação de exames complementares que possam embasar o relatório, após a conclusão, quando então ele completa o exame da documentação e emite sua opinião ou laudo, que deve conter todos os pormenores da análise realizada, como erros cometidos nas recomendações para a correção dos mesmos. (Kertzman, 2015).

O laudo deve expressar a opinião do perito. Quando não se puder expressar opinião sem ressalvas sobre todos os elementos contidos devem ser declaradas as razões que motivaram esse fato. Em todos os casos, o laudo deve conter indicação precisa da natureza do exame e do grau de responsabilidade assumida pelo perito. (Siano, 2009). Conforme o autor em voga, o laudo pode ter a seguinte classificação: - laudo sem ressalva; - laudo com ressalva; - laudo adverso; - laudo com abstenção de opinião. (Siano, 2009).

O laudo sem ressalva indica que o perito está convencido de que os procedimentos adotados estão consoantes aos Princípios Fundamentais da Legislação. Já o laudo com ressalva é emitido quando o perito concluir que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho não é de tal magnitude que requeira laudo adverso ou abstenção de opinião. (Kertzman, 2015).

O perito deve emitir laudo adverso quando verificar que as informações são incorretas, em tal magnitude que impossibilita a emissão do laudo com ressalva. Já o laudo com abstenção de opinião é aquele em que o perito deixa de emitir opinião, por não ter obtido comprovação suficiente para fundamentá-la. (Siano, 2009). A abstenção de opinião em relação a concessão da licença não elimina a responsabilidade do perito de mencionar, no laudo, qualquer desvio relevante que possa influenciar a decisão. (Kertzman, 2015).

4. Conclusão

Diante da averiguação documental colhida na DDZ Centro-Sul, da SEMED/Manaus, juntamente com a análise do panorama situacional em que se encontram os professores no Brasil, é possível afirmar que o sistema educacional brasileiro ainda necessita de muitas reformulações, políticas públicas que assegurem ao professor uma maior qualidade no ambiente de trabalho, no caso, as escolas. Ainda hoje presencia-se professores em estágios críticos de comprometimento da sua saúde, em decorrência do próprio exercício laboral. Embora essa não seja uma realidade restrita aos docentes lotados na DDZ Centro-Sul, da SEMED/Manaus, as discontinuidades do próprio sistema educacional brasileiro evidenciam o agravamento da precária situação do professor brasileiro.

O panorama encontrado no decorrer do processo de toda pesquisa foi o agravamento da saúde física e mental de professores, que num esforço descomunal, buscam realizar seu trabalho com a melhor qualidade possível, superam (ou pelo menos tentando superar) dificuldades impostas pelo próprio sistema educacional ou pela sociedade.

Reitera-se a necessidade de um intenso investimento e fiscalização de ações que garantam a esses profissionais um local de trabalho mais propício ao processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que as doenças que mais os acometem são advindas dos excessivos níveis de estresse e repressão presentes nas escolas e nas relações, ocasionam enfermidades que o tiram do seu equilíbrio físico e psicológico. Desse modo, percebe-se que doenças como a depressão, distúrbios da voz, síndromes associadas ao estresse e a ansiedade são frequentes entre os professores.

No tocante a realidade averiguada na DDZ Centro-Sul, da SEMED/Manaus, percebe-se que os docentes dispensavam licenças de saúde ou mesmo adiavam cirurgias para finalizar o ano letivo, fechar as notas; enfim, para cumprir as obrigações

com colegas de trabalho e estudantes, evidenciando que em virtude do compromisso com o trabalho esses profissionais deixam sua saúde em segundo plano, o que ocasiona mais desgaste e estresse. Notou-se ainda que, esse permanecer na labuta, mesmo acometidos de algum tipo de enfermidade, configura-se em uma atitude danosa, o que origina outros tipos de adoecimentos, tendo em vista a pressão psicológica por parte dos gestores que acabam gerando estresse e problemas psicológicos.

Dessa forma, observa-se que, o professor tem a tarefa de mediar caminhos, construir e reconstruir saberes e a obrigação de garantir aprendizagens, no entanto, quais os meios que garantem ao professor a qualidade do ambiente de trabalho, para que possa garantir uma qualidade de ensino? De maneira que, é imprescindível que existam políticas públicas capazes de oferecer aos professores meio de acesso à prevenção e cuidados, que porventura venham a precisar, principalmente nos casos dos que já se encontram adoecidos.

No concernente a esta pesquisadora, espera-se contribuir para que os professores tenham na estrutura da própria profissão, leis que protejam e cuidem deste profissional tão indispensável para uma sociedade. Nesse sentido, acredita-se que não basta que cada esfera estabeleça regras, cuidados ou mesmo busquem por outros meios, políticas públicas. Visto que é importante que “todos” sejam cuidados, “todos” sejam protegidos, “todos” tenham suporte médico, psicológico e de assistência social, principalmente, que recebam atendimento de forma preventiva e que os doentes, possam receber visitas constantes, no período em que se encontram de licença.

Por outro lado, acredita-se que o laser é indispensável para a qualidade de vida deste profissional e de qualquer outro, pois isso colabora para a manutenção de relacionamentos saudáveis. Nesse sentido, é muito comum ouvir queixas acerca do isolamento social ora vivenciado, da falta de atenção recebida, do afastamento dos colegas, da família, das dificuldades de sentir-se só, enfim alguns se sentem a margem.

Além disso, espera-se suscitar discussões acerca do posicionamento dos gestores e mesmo dos colegas de profissão, pois muitas vezes fica evidenciado o preconceito em relação aos colegas adoecidos. Pondera-se que isso seria essencial para iniciar transformações nos lócus dos professores.

Durante o processo de averiguação e pesquisa, observou-se que o professor brasileiro ainda é uma vítima do próprio sistema educacional. A desvalorização social, política, econômica, histórica e cultural ainda está arraigada a própria conjuntura da sociedade brasileira, a qual vê o professor (e a escola) como um item em desuso ou inútil. Assim, é importante que haja uma mudança de pensamento social, para que seja possível articular a educação instituída e normatização em documentos como a LDB, os PCNs e BNCC.

Assim, o panorama de adoecimento do professor apresenta-se como uma consequência dessa desvalorização do professor. De maneira que, a pesquisa não tem a pretensão de discutir o assunto até a exaustão, restando muito material ainda para novas e intensas pesquisas de debates. Tendo em vista ainda que o quadro situacional da educação no Brasil ainda está longe de ser o ideal para professores e alunos, assim que outras pesquisas possam ser ampliadas a partir deste estudo, para que possa cada vez mais apresentar novos debates e propor soluções diante deste contexto.

Assim, sugere-se para trabalhos futuros, que sejam explorados mais estudos voltados para a temática acerca da condição física e mental dos docentes, bem como, sua devida valorização, sendo esta, relevante para sociedade, para os profissionais de educação e a academia científica.

Referencias

- Batista, J. B. V. et al. (2015). Transtornos mentais que mais acometem professores universitários: um estudo em um serviço de perícia médica. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 7, 119-125.
- Cardoso, P. R. S., & Andrade, L. D. A. S. (2016). Mal-estar na educação: o sofrimento psíquico de professores em decorrência do trabalho. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE*, 3(2), 51-64.

- Castro, T. M. P. P. et al. (2020). Sintomas de voz e outras queixas associadas ao trabalho de professores em escolas públicas. *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, 5(1), 1340-1350.
- Correia et al. (2017). Identificando fatores de risco para a hipertensão arterial sistêmica em professores da rede pública. *Rev. Enferm UFPE On line*. [internet], 11(1):264- 71.
- Eisermann, J. I. et al. (2016). Condições de trabalho e suas influências para a saúde do docente atuante nas escolas de ensino médio da 17ª CRE/RS. *Revista de Ciência e Inovação*, 1(2), 79-91.
- Ferreira, M. C.; Mendes, A. M. (2001). Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor”: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. *Estudos de psicologia*. 6(1), 93-104.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- Gouvêa, L. A. V. N. D. (2016). As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. *Saúde em Debate*, 40, 206-219.
- Kertzman, I. (2015). *Curso prático de direito previdenciário*. Atualização da 11ª edição. Salvador: Editora Jus PODIVM, Livro digital. https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38373016/1487atualizacaoda11aed.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1532293813&Signature=LyoGCb%2BO1dbu%2FChkXjmIfnqAR4%3D&responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DOutras_obras_do_autor_As_Contribuicoes_P.pdf
- Lazari, E. C. C.; Codinoto, E. (2017). O estresse de professores em sala de aula. *Revista FAROL*, 2(2), 98-112.
- Maciel, S. M. et al. (2016). Distúrbio de voz relacionado ao trabalho das docentes das séries iniciais do ensino fundamental de um município da região metropolitana de Curitiba-PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Martins, M. de F. D.; Araújo, T. M.; Vieira, J. S. (2019). Trabalho docente e saúde das professoras da educação infantil. *Educação* (UFSM), v. 44, p. 36-1-22.
- Medeiros, A. M. et al. (2016). Distúrbios da voz: representações sociais por professores em tratamento fonoaudiológico. *Distúrbios da Comunicação*, 28(3), 2016.
- Miranda, I. M. M., Tavares, H. H. F., da Silva, H. R. S., Braga, M. S., de Oliveira Santos, R., da Silva, R. C. D., & Guerra, H. S. (2021). Avaliação da qualidade de vida e Síndrome de Burnout em professores universitários. *Revista de Atenção à Saúde*, 19(69).
- Nova Escola. (2018). 66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de estresse.
- Pascoal, P. A. G.; Silva, P. C. D. (2019) Riscos psicossociais da atividade docente e análise do discurso: uma investigação acerca da saúde e segurança do professor de educação básica a partir dos princípios da ergonomia. *Research, Society and Development*, [S. l.], 8(1), e4181619, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i1.619. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/619>.
- Palage, F. S., da Silva, P. G., Carmo, T. M. D., Andrade, R. D., Borges, A. A., & Araújo, L. M. S. (2020). Prevalência da síndrome de burnout em professores de uma universidade do Estado de Minas Gerais. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(4), 10619-10663.
- Peruchi, V. S. et al. (2017). *Condições do trabalho docente na perspectiva de professores do Município de São Paulo*.
- Rocha, G. G. da; Zandonato, S. (2016). *Saúde e disfonia vocal, fatores associados em professores de uma escola estadual do interior do RS*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Santa Cruz do Sul. 1-13.
- Scheuch K, Haufe E, Seibt R. (2015). *Teachers' health*. *Dtsch Arztebl Int*.112(20):347-56. doi.: 10.3238/arztebl.2015.0347.
- Siano, A. K. (2009). *Influência de fatores sociodemográficos, clínicos e institucionais na concessão de benefícios por incapacidade laborativa pelo setor de perícias médicas do INSS em Juiz de Fora – MG em requerimentos de segurados com diagnóstico de transtornos mentais*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado – Área de Concentração em Saúde Brasileira – do Programa de Pós-graduação em Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saúde. Juiz de Fora, MG 2009. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2817/1/adrianakelmersiano.pdf>
- Silva, N. R. B. L.; Coutinho, D. J. G. (2020). Qualidade de vida do docente: uma revisão integrativa/ Quality of teacher's life: an integrating review. *Brazilian Journal of Development*, 6(3), 15618-15637.
- Silva, R. S. et al. (2019). Enfermidades no Exercício Profissional Docente. *Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT*, 5(2), 67.